

Grupo Diana

**Demonstrações financeiras
combinadas em 31 de março de
2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balancos patrimoniais combinados	15
Demonstrações de resultados combinados	16
Demonstrações dos resultados abrangentes combinados	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas	18
Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas - Método indireto	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas	20

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras combinadas entre Diana Bioenergia Avanhandava S/A, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira e Avanhandava Agropecuária Ltda., relativas a doze meses da safra 2022/2023 encerrada em 31 de março de 2023.



Histórico

O Grupo Diana   composto por Diana Bioenergia Avanhandava S/A, Avanhandava Agropecuária Ltda. e Renata Sodré Viana Egreja Junqueira.

Diana Bioenergia   uma usina de a o ar, etanol e energia, fundada em 1981 e teve sua primeira safra no ano de 1987, na safra 2022/23, completou 41 anos de existência e 36 safras. Tendo como missão, produzir a partir da cana-de-a o ar energia e alimento dentro das melhores práticas de sustentabilidade, agregando e gerando valores ESG (Environmental, Social and Governance) e econ micos aos acionistas, colaboradores, parceiros e comunidade.

Avanhandava Agropecuária   uma empresa proprietária de 929,33 ha agricultáveis de terras exploradas em parceria com a Diana Bioenergia.

Renata Sodré Viana Egreja Junqueira   pessoa física proprietária de 2.137,45 ha agricultáveis de terras exploradas em parceria com a Diana Bioenergia.

A alta administra o espera manter o Grupo como referência no setor sucroenergético da sua região, através de um crescimento sólido dentro das melhores práticas de governança corporativa, inovando sempre e quebrando paradigmas, estabelecendo compromissos de longo prazo, construindo relacionamentos estratégicos pautados na confiança, considerando sempre, em primeiro lugar o ESG (Environmental, Social and Governance). Tendo como valores  tica, transparência, comprometimento, confiança, competência, meritocracia e respeito   ESG.

No exercício findo em 31/03/2023, completamos 11 anos de publicação das demonstrações financeiras, sendo que nos 8 primeiros anos foram auditadas as demonstrações apenas da Diana e nesse exercício findo foi o quarto ano que o Grupo passou a ter suas demonstrações auditadas, sempre com uma das empresas “big four”, nos baseando sempre em nossos valores supracitados, em especial ética e transparência.

Na safra 2022/23, fechamos com excelentes índices financeiros, tais como liquidez corrente de 1,52 e dívida líquida / EBTIDA abaixo de 1,0. Em relação aos números agrícolas, fechamos com TCH de 83,23 e ATR de 141,39 equivalentes ao TAH (tonelada de açúcar por hectare) de 11.768 tons. de açúcar /ha, ganhando o bicampeonato do prêmio de produtividade agrícola publicado pelo CTC em conjunto com o Grupo IDEA, como “Campeã de Produtividade Agrícola – Safra 2022/23 - na Região de Araçatuba”, algo que nos orgulha ainda mais de todos os esforços que viemos realizando nesses últimos anos. Fechamos a safra com uma moagem recorde de 1.601 mm de toneladas, produzimos 60.464 m³ de etanol hidratado e 122.964 toneladas de açúcar VHP.

 **Destques da safra 2022/2023**

		Recorde - 1.601k tons. Cana-de-açúcar	
• Recorde de moagem	Recorde - 123k tons. Açúcar VHP		Recorde - 60k m³ Etanol hidratado
• Recorde de produção de açúcar		Recorde - 11.768 TAH (ton. Açúcar por hectare)	
• Recorde de produção de etanol hidratado	Lucro líquido (ajustado) R\$ 20.135		Liquidez Corrente 1,52
• Recorde do TAH (tonelada de açúcar por ha)	Dívida líquida por ton. Moída R\$ 127,32/ton.		Dívida líquida por EBTIDA 0,96



Expectativas para a safra **2023/2024**

Dentro do nosso planejamento estratégico de 5 anos, considerando a melhora contínua das últimas safras, esperamos moer 1.850 mm de toneladas na safra 2023/24, com ATR acima de 142 kg, TCH acima de 90 e eficiência industrial acima de 89%, produzindo de 140.000 a 150.000 toneladas de açúcar VHP, 62.000 a 68.000 mil m³ de hidratado e 72.000 a 80.000 mil CBIO's.

Iniciamos a safra 2023/2024 no dia 01/abril/2023 até o dia 31/maio/2023 moemos 370.237 toneladas, importante salientar que durante o mês de maio batemos nosso recorde diário de moagem 8.402 ton. e batemos o recorde de moagem mensal de maio com 227.988 ton., no acumulado da safra produzimos 25.414 toneladas de açúcar VHP e 13.690 m³ de etanol hidratado. O TCH da cana própria realizado até o dia 31/maio/2023 está 31,1% acima do estimado (85,05 planejado x 111,50 realizado), com esses números acreditamos que conseguiremos superar o TCH estimado e atingir pelo menos 90 tons/ha e moer 1.750 mm de toneladas na safra 2023/24.

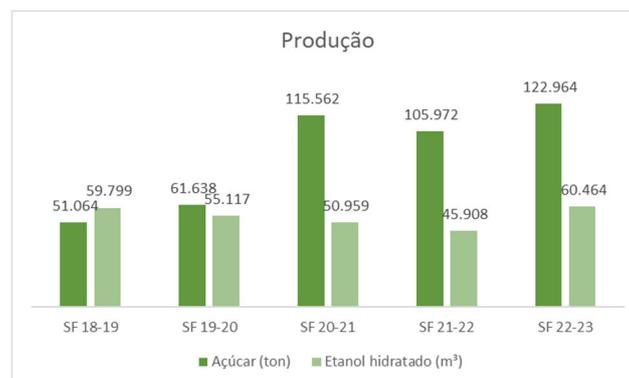
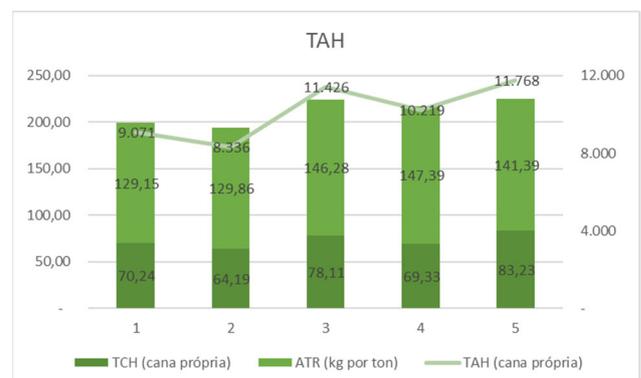
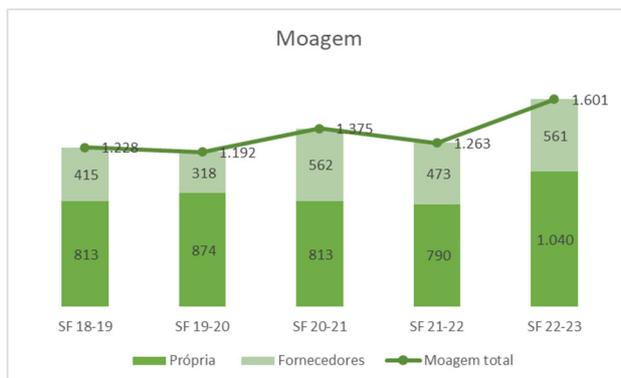
O ATR até o momento está acumulado em 127,11, contra o estimado de 124,89 kg/t, sendo que nos últimos dias o ATR chegou em 135 kg/t, sendo assim acreditamos que iremos atingir a meta de 141,32 kg/t na safra.



Operacional

Seguindo a melhora contínua do Grupo, fechamos com a nossa moagem recorde de 1.601 mil toneladas (27% maior que na safra 21/22), sendo 65% (1.040 mil toneladas) de cana-de-açúcar própria, sendo 32% deste canavial cultivadas em área do Grupo Diana e 68% em área de parceria agrícola.

O TCH aumentou para 83,23 contra 69,33 na safra 21/22 (aumento de 20%). Já o ATR teve uma queda, saindo de 147,39 kg/ton na safra 21/22 para 141,39 kg/ton na safra 22/23. Considerando o TAH (tonelada de açúcar por hectare) saímos de 10.218 na safra 21/22 para 11.768 na safra 22/23, um considerável aumento de 15%.



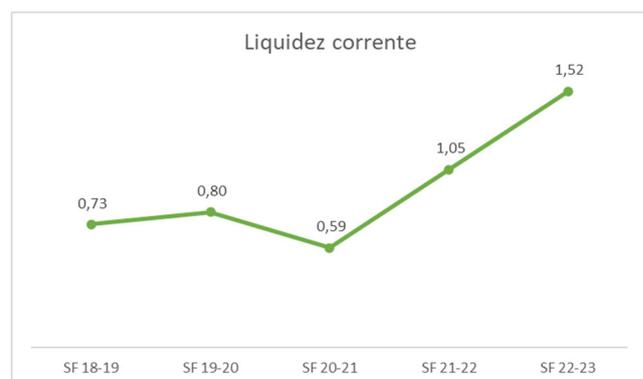
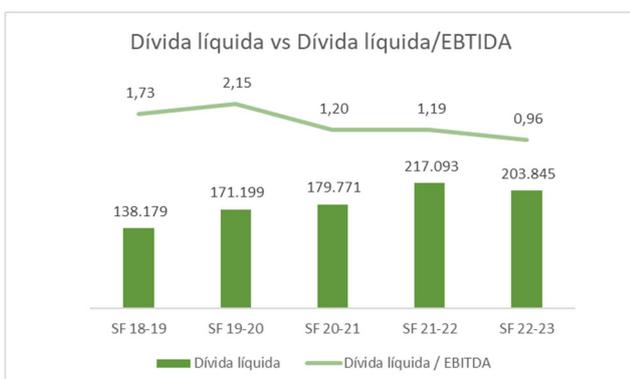
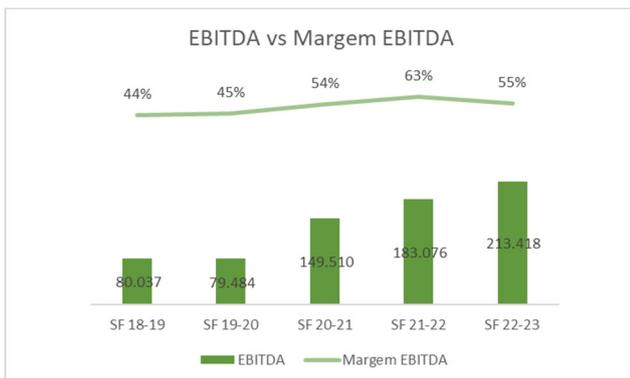
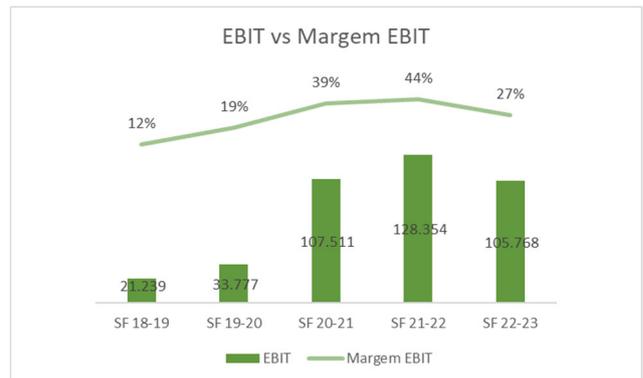
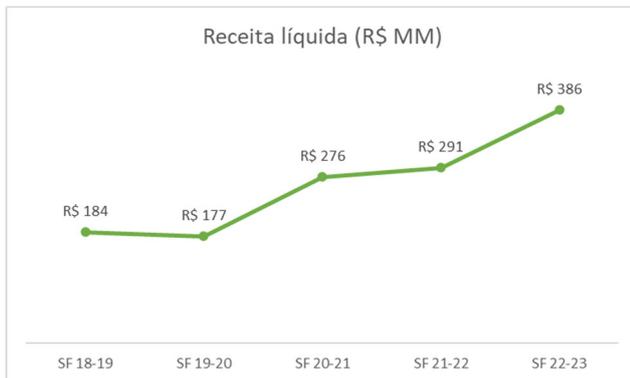


Indicadores financeiros

Na safra 2022/2023 o Grupo apresentou lucro líquido (*caixa*) de R\$ 20.135 contra R\$ 13.800 na safra 2021/2022.

	SF 21-22	SF 22-23	Var.(%)
Receita Bruta	322.087	416.588	29%
(-) Impostos	(31.151)	(30.136)	
(=) Receita Líquida	290.936	386.452	33%
Mudança no valor justo do ativo biológico	37.161	22.008	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(199.743)	(302.693)	52%
(=) Lucro Bruto	128.354	105.768	-18%
<i>Margem bruta</i>	44%	27%	-16,75 p.p.
Despesas (receitas) administrativas, comerciais e outras	(30.096)	(26.117)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos	98.258	79.651	-19%
Resultado financeiro	(28.133)	(47.218)	
Variação cambial líquida	3.359	1.103	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	73.484	33.536	-54%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.462)	(8.499)	
Resultado do exercício	46.022	25.037	-46%
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações	8.628	8.941	
Depreciação de Plantas Portadoras	17.570	21.489	
Consumo Ativo Biológico	38.731	71.624	
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	19.890	31.713	
EBITDA ajustado *	183.076	213.418	17%
<i>Margem Ebtida</i>	63%	55%	-7,70 p.p.
Estornos/ajustes			
Derivativos não realizados	(26.443)	(23.288)	
Ajuste a valor justo do ativo biológico	(22.773)	15.153	
Variação cambial (não caixa)	395	710	
Imposto de renda e contribuição social	16.599	2.524	
Resultado do exercício	13.800	20.135	46%
	5%	5%	0,47 p.p.

O Grupo vem apresentando ligeira melhora nos resultados, fruto de um planejamento bem executado conforme demonstrado nos quadros evolutivos abaixo:



Mensagem da Presidência

Meus prezados(as) e caros(as) colaboradores(as), amigos(as), arrendatários(as), fornecedores(as), terceiros(as), companheiros(as).

No último dia 06 de maio a nossa DIANA completou 42 anos e na sua melhor forma, encerramos a safra 2022/23 com nosso recorde de moagem de 1,6 mi ton., com índices financeiros excelentes, tais como Índice Liquidez Corrente (CCL) acima de 1,50 e relação Endividamento Líquido X EBITDA menor do que 1,0, e pelo quarto ano consecutivo com Lucro líquido na última linha, do nosso balanço auditado já há 11 anos.

Honrado e com muita alegria informo a todos que a Diana Bioenergia Avanhadava S/A se tornou em 2023 uma sócia cooperada da COPERSUCAR!!

Outro motivo de muito orgulho, conquistamos o Bicampeonato do prêmio CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) / IDEA (Instituto de Desenvolvimento Agroindustrial) como CAMPEÃ de melhor produtividade agrícola da região de Araçatuba, esse prêmio leva em consideração TCH x ATR x Idade canavial. Esse é um prêmio de toda a família Diana, apenas gostaria de fazer uma menção honrosa e uma homenagem especial à Dra. Renata Junqueira, que muito tem se dedicado à área agrícola JUNTAMENTE com todo nosso pessoal!

Juntamente com o nosso balanço contábil auditado (11º ano), esse ano 2023 estamos divulgando nosso "1º Relatório ESG" que, entre outras coisas, contém o Inventário de Gases do Efeito Estufa da Diana.

A nossa meta é chegarmos numa moagem de 2,1 mi ton., mas sem NUNCA quebrarmos 02 covenants internos, os quais são: endividamento sempre menor do que R\$ 75,00/ton. e lucro líquido igual ou maior que 4%. Para isso temos um modelo matemático muito abrangente e muito detalhado, que contempla todos os nossos números de forma detalhada. Estamos trabalhando na elaboração desse planejamento de como atingirmos nossa meta de 2,1 mi ton., respeitando as nossas premissas. Importante ressaltar que já iniciamos esse processo, já compramos 02 ternos de moenda e já tiramos a principal licença ambiental (EIA Rima) . Assim que esse planejamento ficar pronto vamos dar visibilidade a todo mercado!!

Essa Safra 2023/24, tem tudo para ser o melhor ano da DIANA, estamos com 13,6 KG ATR/hectares acumulados, nesse mês de maio/23 batemos recorde de moagem, produção de açúcar e produção de etanol!

Termino mais uma vez agradecendo à Família DIANA pelo empenho e carinho com que cuidam da nossa provedora Diana Bioenergia Avanhandava S/A, da união da família Diana, aproveito e, mais uma vez, peço-lhes atenção e foco para que tenhamos SEMPRE uma safra com "Acidentes Zero" e, que o Senhor nosso Deus continue nos Abençoando, nos Guiando e nos Protegendo com a Sua Mão Generosa.

Grande abraço do seu amigo e companheiro de todas as horas, Ricardo M. Junqueira.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do

Grupo Diana

Avanhandava – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas das operações de agronegócio do Grupo Diana (“Grupo”), incluindo as entidades Diana Bioenergia Avanhandava S.A., Renata Sodré Viana Igreja Junqueira e Avanhandava Agropecuária Ltda., que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira combinada do Grupo Diana em 31 de março de 2023, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em rela o ao Grupo, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 (a) às demonstrações financeiras que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo. As demonstrações financeiras combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para demonstrar a posição e a performance financeira e os fluxos de caixa das entidades sob controle comum do Grupo Diana, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório dos auditores independentes

A administração do Grupo Diana é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras das entidades Diana Bioenergia Avanhandava S.A., Renata Sodré Viana Igreja Junqueira e Avanhandava Agropecuária Ltda. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Diana continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

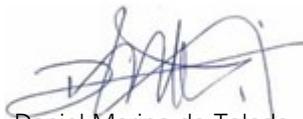
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 16 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Grupo Diana

Balanços patrimoniais combinados em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	131.971	28.597	Fornecedores	19	35.847	30.928
Aplicações financeiras		-	1.238	Passivo de arrendamento	20	14.191	15.843
Contas a receber de clientes	10	289	149	Empréstimos e financiamentos	21	94.470	60.237
Estoques	11	49.523	38.802	Debêntures a pagar	22	18.818	22.856
Ativos biológicos	12	79.371	71.624	Dividendos mínimos obrigatórios		806	-
Adiantamentos a fornecedores	13	15.347	17.407	Impostos e contribuições a recolher	23	7.102	7.481
Impostos a recuperar	15	15.148	3.606	Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	8	476
Ativo fiscal corrente	16	563	-	Salários e férias a pagar		8.417	4.737
Instrumentos financeiros derivativos	34	8.282	3.871	Adiantamentos de clientes	25	13.605	1.033
Outros ativos		5.566	8.487	Mútuo com partes relacionadas	14	91	422
				Instrumentos financeiros derivativos	34	8.218	20.810
Total do ativo circulante		306.059	173.780	Total do passivo circulante		201.573	164.823
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e outros		1.611	1.006	Fornecedores	19	-	6.784
Mútuo com partes relacionadas	14	1.527	1.122	Passivo de arrendamento	20	72.972	63.746
Aplicações financeiras		449	2.121	Empréstimos e financiamentos	21	185.477	109.706
Instrumentos financeiros derivativos	34	7.339	2.328	Debêntures a pagar	22	37.500	56.250
Impostos a recuperar	15	1.340	1.165	Impostos e contribuições a recolher	23	7.621	7.457
				Tributos diferidos	16	17.764	10.314
Total do realizável a longo prazo		12.266	7.742	Instrumentos financeiros derivativos	34	1.920	3.193
Imobilizado	17	299.529	280.697	Adiantamentos de clientes	25	35.000	-
Direito de uso - Terras	18	85.247	80.796	Provisão para contingências	24	1.863	1.549
Total do ativo não circulante		397.042	369.235	Total do passivo não circulante		360.117	258.999
Total do ativo		703.101	543.016	Total do patrimônio líquido	26	141.411	119.194
				Total do passivo		561.690	423.822
				Total do passivo e patrimônio líquido		703.101	543.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Grupo Diana

Demonstrações de resultados combinados

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	27	386.451	290.936
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	22.008	37.161
Custos dos produtos vendidos	28	<u>(302.693)</u>	<u>(199.743)</u>
Lucro bruto		<u>105.766</u>	<u>128.354</u>
Despesas de vendas	29	(33.190)	(16.988)
Despesas administrativas e gerais	29	(17.222)	(16.009)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	<u>24.295</u>	<u>2.901</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos		<u>79.649</u>	<u>98.258</u>
Receitas financeiras	31	38.356	47.409
Despesas financeiras	32	(85.574)	(75.542)
Variação cambial líquida	33	<u>1.103</u>	<u>3.359</u>
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial, líquidas		<u>(46.115)</u>	<u>(24.774)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>33.534</u>	<u>73.484</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.048)	(8.077)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>(7.451)</u>	<u>(19.385)</u>
Resultado do exercício		<u><u>25.035</u></u>	<u><u>46.022</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Grupo Diana

Demonstrações dos resultados abrangentes combinados

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	<u>25.035</u>	<u>46.022</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>25.035</u></u>	<u><u>46.022</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Grupo Diana

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Total do patrimônio líquido (*)
Saldos em 31 de março de 2021	79.795
Distribuição de lucros	(6.624)
Resultado do exercício	46.022
Saldos em 31 de março de 2022	119.194
Distribuição de lucros	(2.012)
Resultado do exercício	25.035
Dividendos mínimos obrigatórios	(806)
Saldos em 31 de março de 2023	141.411

(*) Conforme divulgado na nota explicativa nº 3, as companhias combinadas não são operadas como uma única entidade legal.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Grupo Diana

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		25.035	46.022
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação:			
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	17	8.941	8.629
Depreciação de Plantas Portadoras	17	21.489	17.570
Consumo Ativo Biológico	12	71.624	38.732
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)		31.713	19.890
Amortização do direito de uso	18	17.617	15.567
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	10	50	57
Resultado na alienação de imobilizado	17	692	686
Mudança no valor do ativo biológico	12	(22.008)	(37.161)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	7.451	19.385
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.048	8.077
Instrumentos financeiros derivativos		(23.287)	(30.313)
Juros e variações cambiais	21	45.401	26.542
Juros sobre passivo de arrendamento	20	10.132	9.328
Baixa do direito de uso e passivo de arrendamento		325	(365)
Constituição de provisão para contingências		313	1.508
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes		(190)	700
Estoques		(42.434)	(29.466)
Adiantamentos a fornecedores		2.060	(5.159)
Impostos a recuperar		(12.280)	3.296
Outros créditos		2.921	(7.517)
Depósitos judiciais e outros		(605)	(712)
Mútuo com partes relacionadas		(404)	4.781
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(1.865)	3.329
Impostos e contribuições a recolher e outros		(683)	5.935
Salários e férias a pagar		3.679	367
Adiantamentos de clientes		47.572	(6.711)
Mútuo com partes relacionadas		(332)	(245)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.048)	(7.609)
Juros sobre passivo de arrendamento pagos	20	(10.151)	(9.011)
Juros pagos	21/22	(46.296)	(26.116)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		136.482	70.016
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		2.910	(3.359)
Ativo biológico - tratos culturais	12	(57.363)	(34.463)
Aquisição do imobilizado	17	(49.954)	(52.872)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(104.408)	(90.694)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	20	(14.801)	(12.955)
Distribuição de lucros	26	(2.012)	(6.624)
Empréstimos e financiamentos tomados	21/22	240.821	160.190
Empréstimos e financiamentos pagos	21/22	(152.710)	(127.602)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		71.297	13.009
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		103.374	(7.670)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		28.597	36.267
No fim do exercício		131.971	28.597
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		103.374	(7.670)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A denominação “Grupo Diana” foi adotada para fins específicos de apresentação das demonstrações financeiras combinadas, que incluem as demonstrações financeiras individuais da Diana Bioenergia Avanhandava S.A., Renata Sodré Viana Igreja Junqueira e Avanhandava Agropecuária Ltda.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem por objeto social a industrializa o, comercializa o, importa o e exporta o de álcool, a u ar, subproduto e de produtos agropecuários, a explora o agrícola e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito   produ o de cana de a u ar, seus subprodutos, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e bactericidas, bem como a cogera o de energia elétrica a partir da biomassa, em ambiente próprio ou de terceiros e a administra o de bens próprios e a participa o, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira.

Renata Sodré Viana Igreja Junqueira

Renata Sodré Viana Igreja Junqueira, produtora rural pessoa física, tem sua sede na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio.

Proprietária de imóveis rurais, cuja área totaliza, 2.137,45 ha, os quais foram dados em parceria junto a Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Todos os gastos com forma o de lavoura e tratos culturais são suportados pela Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Dos frutos objetos da parceria, 80% são da Diana e 20% da proprietária Renata, a qual vende sua participa o para a Diana Bioenergia Avanhandava S.A. conforme contrato de compra e venda.

Avanhandava Agropecuária Ltda.

Avanhandava Agropecuária Ltda. tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem por objeto social a explora o de atividades ligadas   agricultura e agropecuária.

Proprietária de imóveis rurais, cuja área totaliza, 929,33 ha, os quais foram dados em parceria junto a Diana Bioenergia Avanhandava S.A..

Todos os gastos com forma o de lavoura e tratos culturais são suportados pela Diana Bioenergia Avanhandava S.A..

Dos frutos objetos da parceria, 80% são da Diana e 20% da proprietária Avanhandava Agropecuária, a qual vende sua participação para a Diana Bioenergia Avanhandava S.A. conforme contrato de compra e venda.

No exercício findo 31 de março de 2023, 65% da cana-de-açúcar foi de produção própria (63% em 31 de março de 2022), desse total sendo 18% da cana-de-açúcar produzida em áreas próprias (18% em 31 de março de 2022), 14% em área de acionista (12% em 31 de março de 2022) e 68% em áreas de parceria agrícola (70% em 31 de março de 2022), sendo que seu mix industrial foi de 58% para a produção de açúcar (63% em 31 de março de 2022) e 42% à produção de etanol (37% em 31 de março de 2022).

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 verões para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social do Grupo tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

a. *RenovaBio - Cbios*

Em 31 de março de 2023, o Grupo possuía 1.793 Cbios emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o Renovabio

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

2 Entidades do Grupo

Veja política contábil na nota explicativa 8(a).

As demonstrações financeiras utilizadas como base para a combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das seguintes entidades:

- Diana Bioenergia Avanhandava S.A.;
- Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; e
- Avanhandava Agropecuária Ltda.

As demonstrações financeiras utilizadas como base para combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das entidades combinadas e os saldos combinados dos ativos, passivos, patrimônio líquido e do lucro (prejuízo) líquido do exercício correspondem aos saldos das seguintes entidades, conforme abaixo:

31 de março de 2023	Ativos		Passivos		Patrimônio			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
Entidade								
Diana Bioenergia Avanhandava S.A.	308.831	354.849	207.118	351.769	104.798	20.871	454.338	(433.467)
Renata Sodré Viana Igreja Junqueira	1.818	15.947	665	-	17.088	4.290	4.442	(150)
Avanhandava Agropecuária Ltda.	25	30.066	2.215	8.348	19.525	(126)	1.257	(1.383)
Total antes das eliminações	310.673	400.861	209.998	360.117	141.411	25.035	460.037	(435.000)
(-) Eliminações	(4.614)	(3.819)	(8.425)	-	-	-	(5.035)	5.035
Total após as eliminações	306.059	397.042	201.573	360.117	141.411	25.035	455.002	(429.965)
31 de março de 2022	Ativos		Passivos		Patrimônio			
Entidade	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
Diana Bioenergia Avanhandava S.A.	173.544	329.316	172.097	246.036	84.732	43.328	335.368	(292.040)
Renata Sodré Viana Igreja Junqueira	181	15.476	838	-	14.810	3.324	2.192	1.132
Avanhandava Agropecuária Ltda.	8.743	28.254	4.387	12.963	19.652	(630)	885	(1.515)
Total antes das eliminações	182.467	373.047	177.322	258.999	119.194	46.022	338.445	(292.423)
(-) Eliminações	(8.687)	(3.812)	(12.499)	-	-	-	(2.578)	2.578
Total após as eliminações	173.780	369.235	164.823	258.999	119.194	46.022	335.867	(289.844)

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais das entidades que estão sendo consideradas para fins de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Diana foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Diana estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Diana, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Diana os seguintes procedimentos foram observados:

(i) Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o período coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

As seguintes entidades estão sendo consideradas no processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas:

- Diana Bioenergia Avanhandava S.A.;
- Renata Sodré Viana Egreja Junqueira.; e
- Avanhandava Agropecuária Ltda.

(ii) Critérios de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

Os princípios de combinação previstos no Pronunciamento Técnico CPC 44 – Demonstrações financeiras combinadas foram utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Diana e considerou, entre outros procedimentos:

- Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável; e
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

A emissão das demonstrações financeiras do Grupo foi autorizada pela Administração em 16 de junho de 2023. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** – mensuração a valor justo do ativo biológico;
- **Nota explicativa 16** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 7, 18 e 20** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação; e
- **Nota explicativa 34** - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8.g** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 16** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Notas explicativas 7, 18 e 20:** Taxa de desconto para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento registrado na conta de direito de uso e passivo de arrendamento; e
- **Nota explicativa nº 24** - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023 (no caso do Grupo em 1º de abril de 2023).

As seguintes normas alteradas e interpretações serão avaliadas pelo Grupo e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Contratos de seguros (Alterações ao CPC 50);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23)

8 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas, salvo indicação ao contrário.

a. Base de combinação

Transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na entidade investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de combinação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

b. Receita operacional

Venda de bens

O Grupo segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pelo Grupo, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

d. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Imposto de renda e contribuição social

Na Diana Bioenergia Avanhandava S.A. o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Na Avanhandava Agropecuária Ltda. a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de cana-de açúcar e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Para o resultado da Renata Sodré Viana Igreja Junqueira (pessoa física), o imposto de renda é calculado de acordo com o Regulamento do IR/99, Decreto 3000/99. Não se constitui impostos correntes ou diferidos, uma vez que o contribuinte responsável legalmente pelo recolhimento destes tributos é a pessoa física.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	2023 - % ao ano	2022 - % ao ano
Terrenos e edificações	0,06%	0,06%
Máquinas equipamentos e acessórios	5,68%	5,72%
Veículos	8,57%	8,43%
Máquinas e implementos agrícolas	9,78%	9,53%
Móveis e utensílios	8,74%	7,90%
Benfeitorias	2,09%	2,03%
Computadores e periféricos	31,04%	28,24%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Os contratos de operação a termo de açúcar, são contabilizados a valor justo refletindo a realidade da companhia em relação aos instrumentos utilizados para a precificação do produto. Tal registro não apresenta riscos para a empresa, pois, apenas refletem a real precificação de sua produção de açúcar. O preço de exercício dessas operações está bem acima do custo de produção da empresa, o que apenas mitiga os riscos da empresa para eventuais oscilações de preço.

(vi) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os sócios do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, após deliberação dos acionistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão estimada em créditos de liquidação duvidosa no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Provisão para ajuste do preço de cana

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pelo Grupo de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. O Grupo, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

n. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	6.213	12.153
Aplicações financeiras	125.758	16.444
	<u>131.971</u>	<u>28.597</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com rendimentos médios entre 75% a 100% (idêntico em 31 de março de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas antes dos 90 (noventa) dias da data de contratação, sem perda de rendimentos.

A exposição do Grupo à risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 34.

10 Contas a receber clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes	704	515
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	(416)	(366)
	289	149

- (i) A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	366	309
(-) Baixas	-	-
(+) Adições	50	57
Saldo no final do exercício	416	366

Os recebimentos médios de clientes estão concentrados em recebimentos à vista ou antecipados.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	2023	2022
Créditos a vencer	-	6
Créditos em atraso até 30 dias	24	16
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	87	-
Créditos em atraso mais que 180 dias	593	493
	704	515

A administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos e a vencer sob a análise do gestor responsável.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada do Grupo tem como política o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos do CPC 48.

O critério utilizado pelo Grupo tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, o Grupo realiza o arrasto da carteira.

O Grupo em 31 de março de 2023 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição do Grupo à risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperáveis relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros.

11 Estoques

	2023	2022
Produtos acabados:		
Açúcar	1.036	-
Etanol	317	55
Almoxarifado	17.370	11.906
Gastos Entressafra (i)	30.800	26.841
	<u>49.523</u>	<u>38.802</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

- (i) Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas do Grupo, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

12 Ativos biológicos

O Grupo adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Em 31 de março de 2023 o Grupo possui lavouras de cana-de-açúcar em cerca de 12.091 hectares de terras cultiváveis, sendo 17% em terras próprias, e 83% em áreas de parcerias agrícolas, com seus acionistas e terceiros. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas e as “plantas produtoras” são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

	2023	2022
Saldo no início do exercício	<u>71.624</u>	<u>38.732</u>
Aumento devido tratos culturais	57.363	34.463
Diminuição devido a colheita	(71.624)	(38.732)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	22.008	37.161
Saldo no final do exercício	<u>79.371</u>	<u>71.624</u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

- O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:
- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e

- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2023	2022
Área estimada de colheita (hectares)	12.091	11.833
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	93,51	77,58
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	141,32	144,27
Valor do Kg de ATR	1,15	1,18

A taxa de descontos utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 8,61% em 31 de março de 2023 (10,36% em 31 de março de 2022).

O Grupo revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

O Grupo está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço do Grupo esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de um Grupo que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações do Grupo estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. O Grupo possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

Análise de sensibilidade

O Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 7.002. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 6.771.

13 Adiantamentos a fornecedores

	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros (i)	12.413	14.345
Adiantamentos de materiais	2.934	3.062
	15.347	17.407

- (i) Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se a adiantamentos efetuados pelo Grupo a fornecedores para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2023/2024.

14 Partes relacionadas

a. Controlador final

O controlador final das entidades incluídas nessa demonstração financeira combinada é Renata Sodré Viana E. Junqueira.

b. Remuneração da alta administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga aos Diretores no exercício foi de R\$ 2.940 (R\$ 2.139 em 31 de março de 2022). O Grupo não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2023 e 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações do Grupo, conforme demonstrado a seguir:

		2023		2022	
		Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)
Ativo não circulante					
Mútuo com parte relacionada		-	-	-	-
Ricardo Martins Junqueira (i)	Acionista	1.527	273	1.122	-
		1.527	273	1.122	-

	2023		2022	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)
Passivo circulante				
Mútuo com parte relacionada	-	-	-	-
Leonor de Abreu Sodré Egreja (ii)	91	-	422	-
	91	-	422	-

- (i) Participação em consórcio de empregadores
 No passado foi constituído um consórcio de empregadores rurais, onde Renata participava 98% e Ricardo com 2%. Por algum tempo as despesas foram custeadas pela Renata restando o mútuo entre ambos.
- (ii) Empréstimo
 Foi vendida uma propriedade agrícola no estado do Mato Grosso, com recebimentos parcelados. A cada recebimento a Leonor transfere o recurso para a Renata que vai amortizando a medida que Leonor necessita do recurso.

15 Impostos a recuperar

	2023	2022
ICMS s/ ativo imobilizado	6.212	1.256
COFINS	4.727	826
IRRF	1.456	732
IRPJ saldo negativo	1.353	589
CSLL saldo negativo	1.298	507
ICMS	690	274
IPI	296	269
PIS	251	181
Reintegra	205	137
	16.488	4.771
Ativo circulante	15.148	3.606
Ativo não circulante	1.340	1.165

16 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	2023		2022	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Ativo circulante				
IRPJ e CSLL a compensar	563	-	-	-
Passivo circulante				
IRPJ e CSLL a pagar	(8)	-	(476)	-
Tributos diferidos ativos constituídos sobre:				
Instrumentos financeiros derivativos	3.447	(5.510)	8.957	(7.361)
Provisão para perdas de crédito esperadas	141	17	124	18
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	28.588	(2.586)	31.175	(3.199)
Arrendamento mercantil (CPC 06)	2.356	(1.978)	4.335	424
Provisão para contingências	633	107	527	504
	35.165	(9.950)	45.117	(9.615)
Tributos diferidos passivos constituídos sobre:				
Valor justo ativo biológico	(7.483)	5.152	(12.635)	(7.743)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.311)	(2.408)	(2.904)	(2.904)
Ajuste a valor presente de fornecedores diversos	-	281	(281)	(281)
Custos de transação	(1.319)	(266)	(1.053)	(604)
Exclusão ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	-	1.203
Imobilizado - Custo atribuído	(30.050)	530	(30.578)	624
Imobilizado - Depreciação Econômica	(8.767)	(788)	(7.980)	(66)
	(52.930)	2.501	(55.431)	(9.771)
Tributos diferidos líquidos	(17.764)	(7.451)	(10.314)	(19.385)

Reconciliação das despesas de IRPJ e da CSLL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>33.534</u>	<u>73.484</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(11.402)	(24.985)
Exclusões (adições) permanentes	2.903	(2.477)
	<u>(8.499)</u>	<u>(27.462)</u>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.048)	(8.077)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(7.451)	(19.385)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	<u>(8.499)</u>	<u>(27.462)</u>
Alíquota efetiva	25%	37%

Realização dos ativos fiscais diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, são consideradas projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias aprovadas pela Administração. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pelo Grupo.

17 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Adiantamento a fornecedores	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Em 01 de abril de 2021	<u>90.942</u>	<u>50.448</u>	<u>20.163</u>	<u>5.610</u>	<u>888</u>	<u>8.414</u>	<u>529</u>	<u>414</u>	<u>108</u>	<u>77.194</u>	<u>254.709</u>
Adições	-	764	10.646	686	-	7.819	450	270	-	32.236	52.872
Baixas	-	(17)	(249)	(267)	-	(89)	(7)	(3)	(54)	-	(686)
Depreciação	(141)	(4.275)	(3.212)	(784)	(40)	-	(126)	(51)	-	(17.570)	(26.199)
Transferências	-	10.564	94	-	157	(10.913)	5	93	-	-	-
Em 31 de março de 2022	<u>90.802</u>	<u>57.484</u>	<u>27.442</u>	<u>5.246</u>	<u>1.006</u>	<u>5.231</u>	<u>852</u>	<u>723</u>	<u>54</u>	<u>91.858</u>	<u>280.697</u>
Adições	1.800	1.928	870	14	-	14.426	166	130	-	30.621	49.954
Baixas	-	(36)	(206)	(449)	-	-	-	-	-	-	(692)
Depreciação	(141)	(4.498)	(3.410)	(596)	(46)	-	(177)	(74)	-	(21.489)	(30.430)
Transferências	-	8.022	478	-	2.261	(10.977)	54	161	-	-	-
Em 31 de março de 2023	<u>92.458</u>	<u>62.901</u>	<u>25.175</u>	<u>4.214</u>	<u>3.221</u>	<u>8.680</u>	<u>895</u>	<u>940</u>	<u>54</u>	<u>100.991</u>	<u>299.529</u>
Saldo em 31 de março de 2022											
Custo total	93.384	117.662	43.497	14.544	1.425	5.231	1.519	1.225	54	152.431	430.972
Depreciação acumulada	(2.582)	(60.178)	(16.055)	(9.299)	(420)	-	(667)	(501)	-	(60.571)	(150.273)
Valor residual líquido	<u>90.802</u>	<u>57.484</u>	<u>27.442</u>	<u>5.245</u>	<u>1.006</u>	<u>5.231</u>	<u>852</u>	<u>723</u>	<u>54</u>	<u>91.860</u>	<u>280.697</u>
Saldo em 31 de março de 2023											
Custo total	95.181	127.078	44.815	11.607	3.687	8.680	1.738	1.513	54	183.051	477.403
Depreciação acumulada	(2.723)	(64.177)	(19.640)	(7.393)	(466)	-	(843)	(573)	-	(82.060)	(177.874)
Valor líquido	<u>92.458</u>	<u>62.901</u>	<u>25.175</u>	<u>4.214</u>	<u>3.221</u>	<u>8.680</u>	<u>895</u>	<u>940</u>	<u>54</u>	<u>100.991</u>	<u>299.529</u>

a. Garantia

Em 31 de março de 2023, R\$ 121.112 do ativo imobilizado do Grupo que corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades estão garantindo operações de financiamentos nas modalidades Fínime e capital de giro junto às instituições financeiras.

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

18 Direito de uso

	Terras	Total
Custo ou avaliação:		
Em 31 de março de 2021	92.892	92.892
Adições de novos contratos	16.641	16.641
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	27.979	27.979
Baixa	(4.593)	(4.593)
Em 1º de Abril de 2022	132.919	132.919
Adições de novos contratos	23.399	23.399
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	1.468	1.468
Baixa	(6.464)	(6.464)
Em 31 de março de 2023	151.322	151.321
Amortização acumulada:		
Em 31 de março de 2021	(37.852)	(37.852)
Adições - com impacto no resultado	(15.567)	(15.567)
Baixa	1.297	1.297
Em 1º de abril de 2022	(52.122)	(52.122)
Adições - com impacto no resultado	(17.617)	(17.617)
Baixa	3.665	3.665
Em 31 de março de 2023	(66.074)	(66.074)
Taxa média de amortização	-34,4%	-34,4%
Valor residual líquido:		
Em 31 de março de 2022	80.976	80.796
Em 31 de março de 2023	85.247	85.247

19 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores diversos	34.544	36.534
Fornecedores de cana	1.303	1.178
Total	35.847	37.712
Passivo circulante	35.847	30.928
Passivo não circulante	-	6.784

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição do Grupo a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 34.

20 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante exercício é como segue:

Em 31 de março de 2021	<u>51.268</u>
Adições de novos contratos	16.641
Pagamentos principal	(12.955)
Pagamentos juros	(9.011)
Juros sobre passivo de arrendamento	9.328
Remensuração de contratos	27.979
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(3.661)
Em 1º de abril de 2022	<u>79.589</u>
Adições de novos contratos	23.399
Pagamentos principal	(14.801)
Pagamentos juros	(10.151)
Juros sobre passivo de arrendamento	10.132
Remensuração de contratos	1.468
Baixa	(2.473)
Em 31 de março de 2023	<u>87.163</u>
Circulante	14.191
Não circulante	72.972

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo circulante e não circulante em 31 de março de 2023:

	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
1 a 12 meses	23.531	14.191
13 a 24 meses	21.981	13.332
25 a 36 meses	20.351	13.401
37 a 48 meses	15.671	10.232
49 a 60 meses	14.392	10.284
A partir de 60 meses	30.694	25.723
	<u>126.620</u>	<u>87.163</u>

A taxa de juros média ponderada utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31 de março de 2023 é de 12,89% (12,65% em 31 de março de 2022).

21 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos do Grupo. A Nota Explicativa nº 34 divulga informações adicionais com relação à exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2023	2022
Moeda nacional:		
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a.	56.938	73.259
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a.	27.900	68.826
Nota de crédito exportação - NCE - 100% CDI + 3% a.a.	40.031	5.444
Cédula de Produto Rural - CPR - 100% CDI + 4,6% a.a.	76.394	3.114
Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA – 100% CDI + 4,6% a.a.	21.131	-
Cédula Rural Pignoratícia – CRP – 12% a.a.	3.227	-
FINAME - Juros pré-fixados de 2,5% a 12,5% a.a. e variação da TJLP	1.627	2.588
	<u>227.248</u>	<u>153.231</u>
Moeda estrangeira:		
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a.	24.358	11.814
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC - juros de 6% a 8%, a.a. mais variação cambial	28.342	4.898
	<u>52.700</u>	<u>16.712</u>
Total	<u>279.947</u>	<u>169.943</u>
Passivo circulante	94.470	60.237
Passivo não circulante	185.477	109.706

a. Vencimento da dívida

Em 31 de março de 2023 as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	2023	2022
2023	-	55.539
2024	103.349	26.790
2025	63.452	16.889
2026	13.399	4.317
2027	5.276	2.389
2028	-	2.389
2029	-	1.393
Total	<u>185.477</u>	<u>109.706</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, garantia hipotecária de terras e avais de acionistas.

b. Cláusulas contratuais (covenants)

O Grupo possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Como o Grupo não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

c. Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de sócios diretores e hipoteca de terras.

Modalidade de captação	Garantias
Finames	Alienação fiduciária dos bens financiados
CPR – Cédula de Produtor Rural	Alienação fiduciária de imóveis
CCB – Cédula de Crédito Bancários	Aval, alienação fiduciária dos bens financiados, hipoteca de imóveis, penhor mercantil, penhor rural (terras) e recebíveis.
NCE/CCE - Nota de Crédito de Exportação	Aval, penhor mercantil e alienação fiduciária de imóveis
PPE - Pré-pagamento de Exportações	Aval de Nota promissória e Contratos de exportações.
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Aval de Nota Promissória e Contratos de exportações.

O total da dívida pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total da dívida
Dívida em 31 de março de 2021	<u>100.023</u>	<u>103.474</u>	<u>203.497</u>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(136.577)	85.190	(51.386)
Liberações	-	85.190	85.190
Amortização de principal	(115.102)	-	(115.102)
Juros pagos	(21.474)	-	(21.474)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	96.791	(78.958)	17.833
Variações monetárias/Juros	17.833	-	17.833
Transferência para o circulante	78.958	(78.958)	-
Dívida em 31 de março de 2022	<u>60.237</u>	<u>109.706</u>	<u>169.944</u>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(164.681)	240.820	76.139
Liberações	-	240.820	240.820
Amortização de principal	(133.960)	-	(133.960)
Juros pagos	(30.721)	-	(30.721)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	198.915	(165.050)	33.865
Variações monetárias/Juros	33.865	-	33.865
Transferência para o circulante	165.050	(165.050)	-
Dívida em 31 de março de 2023	<u>94.470</u>	<u>185.475</u>	<u>279.947</u>

22 Debêntures a pagar

	2023	2022
Debêntures a pagar	56.318	79.106
Total	<u>56.318</u>	<u>79.106</u>
Passivo circulante	18.818	22.856
Passivo não circulante	37.500	56.250

As debêntures são sujeitas aos *covenants* financeiros medidos conforme abaixo:

Índice Financeiro	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado
	em março/2022	em março/2023	em março/2024	em março/2025
Dívida Líquida / EBTIDA	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x
Liquidez Corrente	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x
Dívida líquida / Tonelada de Cana Moída	<= R\$ 110,00	<= R\$ 90,00	<= R\$ 90,00	<= R\$ 90,00

Como o Grupo não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

O total de debêntures a pagar pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures a pagar em 31 de março de 2021	12.539	-	12.539
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(17.142)	75.000	57.858
Liberações	-	75.000	75.000
Amortização do principal	(12.500)	-	(12.500)
Juros pagos	(4.642)	-	(4.642)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	27.459	(18.749)	8.709
Variações monetárias/Juros	8.709	-	8.709
Transferência para o circulante	18.750	(18.749)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2022	22.856	56.250	79.106
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(34.325)	-	(34.325)
Liberações	-	-	-
Amortização do principal	(18.750)	-	(18.750)
Juros pagos	(15.575)	-	(15.575)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	30.286	(18.750)	11.536
Variações monetárias/Juros	11.536	-	11.536
Transferência para o circulante	18.750	(18.750)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2023	18.818	37.500	56.318

23 Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
ICMS - parcelamento	12.780	14.024
INSS	1.161	336
Outros	87	275
IRRF	435	239
COFINS	183	36
PIS/COFINS/CSLL	47	21
PIS	30	7
Total	14.723	14.938
Passivo circulante	7.102	7.481
Passivo não circulante	7.621	7.457

24 Provisão para contingências

O Grupo está exposto a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial do Grupo.

	2023	2022
Cíveis	1.067	1.145
Trabalhistas	796	404
	1.863	1.549

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos do Grupo, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Baseada na opinião dos assessores jurídicos o Grupo constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2021	41	-	41
Provisões constituídas durante o exercício	1.104	404	1.508
Provisões utilizadas durante o exercício	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	1.145	404	1.549
Provisões constituídas durante o exercício	-	392	392
Provisões utilizadas durante o exercício	(78)	-	(78)
Saldo em 31 de março de 2023	1.067	796	1.863

O Grupo possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 127 (R\$ 730 em 31 de março de 2022). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

25 Adiantamento de clientes

	2023	2022
Adiantamento de clientes (mercado externo)	47.004	-
Adiantamento de clientes (mercado interno)	1.601	1.033
	48.605	1.033
Passivo circulante	13.605	1.033
Passivo não circulante	35.000	-

Refere-se a adiantamentos recebidos pelo Grupo para futura entrega de álcool e açúcar conforme cronograma abaixo:

Safra	2023	2022
2022/2023		1.033
2023/2024	13.605	-
2024/2025	35.000	-
Total	48.605	1.033

26 Patrimônio líquido

No contexto das demonstrações financeiras combinadas, as rubricas que compõe o patrimônio líquido (capital social, reservas de capital e de lucros, ajustes de avaliação patrimonial, dentre outras) geralmente não são relevantes. Portanto, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, destas demonstrações financeiras combinadas, incluem apenas um item denominado patrimônio líquido.

As informações desta nota são derivadas das informações financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S.A., Renata Sodré Viana Egreja Junqueira e Avanhandava Agropecuária Ltda. Dessa forma, conforme apresentado na Nota 3, estas demonstrações financeiras combinadas do Grupo não representam as demonstrações financeiras individuais destas entidades.

Capital social

Em 31 de março de 2023, o capital social está representado por 63.987.075 (63.987.075 em 31 de março de 2022) de ações no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	2023	
	Ações	%
Diana Bioenergia Avanhandava S.A.		
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	58.690.306	97,84
Laax Empreendimento e Participações Ltda.	1.296.769	2,16
	59.987.075	100
Avanhandava Agropecuária Ltda.		
	2023	
	Ações	%
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	3.711.805	92,8
Laax Empreendimento e Participações Ltda.	288.195	7,2
	4.000.000	100

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais do Grupo.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto do Grupo. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações do Grupo. O Grupo não possui ações em tesouraria.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, sem limite estipulado sobre o capital social.

Retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras.

Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Remuneração aos acionistas

O acordo de acionistas determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, após a compensação dos prejuízos acumulados.

27 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa 8.b.

a. Fluxos da receita

A receita operacional do Grupo é composta, substancialmente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	2023	2022
Receita bruta fiscal	416.588	322.087
Impostos sobre vendas	(30.137)	(31.151)
	386.451	290.936

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	2023	2022
Receitas operacionais:		
Mercado interno:		
Etanol	193.464	150.777
Outras	2.997	3.068
	196.461	153.846
Mercado externo:		
Açúcar	220.126	168.241
	220.126	168.241
Total da receita bruta	416.588	322.087
(-) Impostos sobre vendas	(30.137)	(31.151)
Total da receita líquida	386.451	290.936

As receitas no mercado externo estão assim distribuídas geograficamente:

	2023	2022
Açúcar		
França	106.666	67.694
Inglaterra	66.987	36.296
Ilhas Virgens	-	24.889
Suíça	39.863	20.709
Londres	4.034	-
Cingapura	2.575	18.653
Total da receita líquida	<u>220.126</u>	<u>168.241</u>

28 Custo dos produtos e mercadorias vendidos

	2023	2022
Matéria prima (fornecedores e própria)	198.231	124.089
Combustíveis e insumos	35.050	24.468
Mão de obra	21.729	14.890
Serviços prestados por terceiros	13.941	10.902
Entressafra	14.098	8.963
Peças e acessórios	7.040	5.769
Outros Custos	5.440	4.739
Depreciação	3.864	3.789
Frete	3.301	2.134
Total	<u>302.693</u>	<u>199.743</u>

29 Despesas operacionais por natureza

	2023	2022
Fretes, transbordos e armazenagem	22.691	15.267
Washout	9.300	-
Despesa com pessoal	7.494	6.968
Serviços prestados	6.458	5.487
Outras despesas	4.024	4.569
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	446	706
	<u>50.412</u>	<u>32.997</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	33.190	16.988
Despesas administrativas e gerais	17.222	16.009
	<u>50.412</u>	<u>32.997</u>

30 Outras receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Crédito outorgado ICMS (i)	11.217	-
Crédito extemporâneo PIS e COFINS (ii)	6.890	-
Receita de Venda de Cbios	6.778	2.173
Resultado na venda/baixa de ativos	309	1.425
Reintegra	244	137
Aluguéis e arrendamentos	28	22
AVP Fornecedores diversos	(826)	826
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(345)	(1.681)
	<u>24.295</u>	<u>2.901</u>

(i) Crédito outorgado de ICMS conforme convênio do ICMS 116/2022

(ii) Levantamento de crédito extemporâneo de PIS e Cofins realizado por empresa especializada (LPL Consultoria Tributária Ltda.) no período de Março de 2017 a Dezembro de 2021.

31 Receitas financeiras

	2023	2022
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	23.288	39.565
Rendimentos com aplicações financeiras	3.119	3.651
Juros demais operações e descontos financeiros	3.371	2.633
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	8.192	1.010
Descontos obtidos	385	550
	<u>38.356</u>	<u>47.409</u>

32 Despesas financeiras

	2023	2022
Juros apropriados sobre financiamentos	46.111	30.156
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	-	13.494
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	19.713	13.122
Juros sobre passivo de Arrendamentos (nota explicativa nº 20)	10.132	9.304
Juros demais operações	5.572	6.829
Juros tributários - parcelamento e contingências	2.437	1.999
Custos a amortizar (CPC 08)	1.438	335
Descontos concedidos	171	303
	<u>85.574</u>	<u>75.542</u>

33 Variação cambial líquida

	2023	2022
Variação cambial ativa	2.367	1.625
Variação cambial passiva	(1.264)	1.734
Variação cambial líquida	<u>1.103</u>	<u>3.359</u>

34 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

	Nota	Valor contábil			Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de março de 2023							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	131.971	-	131.971	-	-
Aplicações financeiras		449	-	-	449	-	449
Contas a receber de clientes	10	-	288	-	288	-	-
Adiantamento a fornecedores	13	-	20.336	-	20.336	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	15.621	-	-	15.621	-	15.621
Outros ativos		-	5.566	-	5.566	-	-
Total		16.070	158.161	-	174.231	-	16.070
Outros passivos financeiros							
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	40.837	40.837	-	-
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	279.947	279.947	-	279.947
Debêntures a pagar	22	-	-	56.318	56.318	-	56.318
Passivo de arrendamento	20	-	-	199.668	199.668	-	-
Mútuo com partes relacionadas	14	-	-	91	91	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	34	10.138	-	-	10.138	-	10.138
Total		10.138	-	576.861	586.999	-	346.403

		Valor contábil			Valor justo			
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2022								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	12.153	-	12.153	-	-	-
Aplicações financeiras	9	16.444	-	-	16.444	-	16.444	-
Contas a receber de clientes	10	-	149	-	149	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	13	-	17.407	-	17.407	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	6.199	-	-	6.199	-	6.199	-
Outros ativos		-	8.487	-	8.487	-	-	-
								-
Total		22.643	38.196	-	60.839	-	22.643	-
Outros passivos financeiros								
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	37.712	37.712	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	169.943	169.943	-	169.943	-
Debêntures a pagar	22	-	-	79.106	79.106	-	79.106	-
Passivo de arrendamento	20	-	-	79.589	79.589	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	14	-	-	422	422	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	34	24.003	-	-	24.003	-	24.003	-
Total		24.003	-	366.772	390.775	-	273.052	-

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo. Em 31 de março de 2023 e 2022, não houve a transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros pelo Grupo.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais o Grupo está exposto, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que o Grupo utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo.

O Grupo possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

d. Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito do Grupo em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com Companhias de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas Companhias. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de arrendamento, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantem operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue:

	Nota	2023	2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9	131.971	28.597
Contas a receber de clientes	10	288	149
Outros ativos		5.566	8.487
		<u>138.274</u>	<u>37.233</u>

Em 31 de março de 2023 e 2022, o Grupo possuía junto a instituições operações de empréstimos e financiamentos cujo saldo devedor naquela data era significativamente superior aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente o Grupo possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

2022					
	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Mais que 36 meses
Fornecedores	37.712	30.928	6.784	-	-
Passivo de arrendamento (*)	79.589	15.843	17.656	15.750	36.709
Empréstimos e financiamentos (*)	169.943	60.237	33.661	19.997	13.598
Debêntures a pagar (*)	79.106	22.856	22.781	19.935	-
Mútuo com partes relacionadas	422	422	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.003	20.810	3.193	-	-
Total	390.775	151.096	84.075	55.682	50.307

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

2023					
	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Mais que 36 meses
Fornecedores	40.837	40.837	-	-	-
Passivo de arrendamento (*)	87.163	14.191	21.981	20.351	60.758
Empréstimos e financiamentos (*)	279.947	94.470	129.960	75.805	25.111
Debêntures a pagar (*)	56.318	18.818	23.340	20.100	-
Mútuo com partes relacionadas	91	91	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.138	8.218	1.122	797	-
Total	474.493	176.624	176.403	117.052	85.869

(*) Os valores de Passivo de arrendamento, Empréstimos e financiamentos, Debêntures a pagar e Mútuo com partes relacionadas incluem encargos projetados até o término dos respectivos contratos, distribuídos de acordo com o *aging* apresentado nos quadros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

O Grupo possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a Companhia de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do período a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

A gestão da exposição cambial do Grupo consiste na análise do *Hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o hedge natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - hedge, estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que contempla os contratos de exportação firmados para a próxima safra. No entanto, a avaliação da necessidade da contratação de instrumentos de proteção para exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao término da próxima safra.

Análise de sensibilidade

O Grupo utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, o Grupo analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2023, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2023 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

	US\$	R\$	Alta		Baixa	
			25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	10.373	52.700	(13.175)	(26.350)	13.175	26.350
Swap	83.366	423.532	(105.883)	(211.766)	105.883	211.766
NDFs	32.886	167.076	(41.769)	(83.538)	41.769	83.538
	126.625	643.308	(160.827)	(321.654)	160.827	321.654

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado do Grupo, já que esse não é o principal risco.

Análise de sensibilidade

O Grupo não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras combinadas do Grupo.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Perdas por redução no valor recuperável

Na data do balanço o Grupo possuía somente R\$416 a título de provisão para perdas de crédito esperadas referente a recebíveis.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números do Grupo:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	(279.947)	(169.943)
Debêntures a pagar	(56.318)	(79.106)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	131.971	28.597
Aplicações financeiras	449	3.359
(=) Dívida líquida (A)	<u>(203.845)</u>	<u>(217.093)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>141.411</u>	<u>119.194</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	(1,44)	(1,82)

Resultado referente aos instrumentos financeiros

O Grupo utiliza derivativos para gestão de risco de variação cambial decorrente de suas transações operacionais de compra e venda de *commodities* em moeda estrangeira. A administração utiliza *NDFs* na estratégia de gestão do risco de variação cambial.

A administração do Grupo mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Durante o encerramento da Safra 21/22 foi identificado um descasamento contábil ocasionado pelo demasiado aumento cambial identificado principalmente nos meses de fevereiro e março de 2020, em função do surto desencadeado pela pandemia mundial COVID- 19, que gerou fortes impactos na economia do país e mundial. Conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o Grupo pode no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ao fazê-lo, isso resultar em informações mais pertinentes, porque; elimina ou reduz, significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes denominada como “descasamento contábil”) que ocorreria em virtude de ativos ou passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes.

Em função do exposto supra a Administração do Grupo entende a necessidade do registro dos instrumentos financeiros derivativos oriundos dos contratos de açúcar negociados na bolsa de Nova York, aos quais estão atreladas aos contratos de termo cambial, com intuito de minimizar os efeitos temporais gerados pela flutuação cambial.

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2023 e 2022 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação		Valor Nocional	2023	2022
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	32.886	12.311	6.199
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Açúcar VHP	-	624	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	USD	49.690	2.686	-
			<u>15.621</u>	<u>6.199</u>
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	-	-	(1.404)
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Açúcar VHP	-	-	(7.733)
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	USD	33.676	(8.895)	(14.866)
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Óleo diesel	-	(1.242)	-
			<u>(10.137)</u>	<u>(24.003)</u>

O Grupo utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de Swap de dólar, Swap de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados nos períodos de 31 de março de 2023 e 2022 que afetaram a demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	(15.708)	(30.078)
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	(7.115)	(9.488)
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	(8.656)	(1.010)
Ganhos com derivativos (nota 31)	<u>(31.479)</u>	<u>(40.575)</u>
Despesas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	308	10.268
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	-	42
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	19.405	16.306
Perdas com derivativos (nota 31)	<u>19.713</u>	<u>26.616</u>

35 Compromissos

O Grupo possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2024/2025. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume (toneladas)
2023/2024	117.225
2024/2025	110.356
Total	<u>227.581</u>

O Grupo possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelo Grupo será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA de 31 de março de 2023 podem ser assim determinados:

	Toneladas de cana-de-açúcar	Valor
2024	640.000	81.810
2025	694.000	88.713
2026	611.000	78.103
2027	555.000	70.945
2028	524.000	66.982
Total	<u>3.024.000</u>	<u>386.553</u>

36 Eventos subsequentes

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A., a partir do exercício social da safra 2023/2024, isto é, do período compreendido entre 1º de abril de 2023 até 31 de março de 2024, passou a fazer parte do quadro social da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo e da Copersucar S.A, sendo que devido a compromissos anteriormente assumidos de contratos de açúcar, durante os anos de 2023 e 2024, a Diana participará somente com etanol e a partir de abril de 2025, passará a participar com a totalidade das suas produções de açúcar e etanol.

* * *

Composição da Administração

Diretoria

Renata Sodré Viana E. Junqueira
Sócia Administradora / Diretora Agrícola

Leonardo de Freitas Perossi
Diretor Adm. Financeiro

Enio Aparecido O. do Nascimento
CRC 1SP320440/O-7
Contador